

Sociedade é a chave

Diversos países adotaram alguma espécie de regra disciplinando o comportamento fiscal nos últimos 15 anos, mas nenhum deles pode ser considerado um modelo ideal, onde todas as exigências sejam exemplarmente cumpridas. A experiência mais conhecida é a da União Europeia (UE). Para fazer parte do grupo, não se pode ter um déficit nominal (resultado nas contas públicas depois de pago os juros da dívida) superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). Mas mesmo essa regra é flexível: vários países já a desrespeitaram em anos de dificuldades econômicas e nem por isso sofreram sanções. No máximo, os sisudos dirigentes europeus fazem um alerta sobre a necessidade de um ajuste mais eficaz.

De acordo com o levantamento do professor Edilberto Pontes, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Brasília, as regras mais comuns são as que determinam limites para o endividamento público e metas fiscais. Avaliação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países ricos da Europa, concluiu que as leis de responsabilidade fiscal foram importantes para o equilíbrio das contas tão em voga a partir dos anos 90. Mas, ao mesmo tempo, ressalta que elas não foram suficientes para evitar a deterioração orçamentária quando as economias passaram por choques imprevistos ou quando as pressões políticas pela elevação dos gastos foram muito fortes.

“Para que regras como essas funcionem de fato, a coesão política e da sociedade em torno da responsabilidade com as contas públicas é muito mais importante do que o estabelecimento de uma lei rígida. Há exemplos de países em que leis não impediram o descalabro e outros em que elas não foram necessárias na contenção dos gastos”, pondera Lopes. Na história recente do Brasil, o governo determinou a produção de superávits fiscais como regra antes da LRF. Foi no final de 1998, quando se temia um ataque especulativo ao real, na esteira da crise da Rússia. A medida não evitou a crise, que veio, mas introduziu o assunto do equilíbrio das contas na administração. Hoje, governantes gastadores são malvistas pela sociedade brasileira. (RA)